

estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

#### Disponibilidades e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus Valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

Consumidores, Concessionários e Permissionários

O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos Contábeis pela sua natureza de curto prazo.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como:

Risco de crédito

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente;

Concentração de risco de créditos

Como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

#### Resultado Operacional

##### 4.37. Fornecimento de Energia Elétrica

Classes	Nº consumidores		Consumo em MWh		Valor – R\$ (mil)	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>Fornecimento faturado</b>						
Residencial	41.958	40.274	81.757	77.709	36.477	31.065
Industrial	550	549	142.240	144.358	47.669	41.407
Comercial	3.007	2.901	50.547	44.794	19.544	14.965
Rural	1.666	1.618	7.223	6.745	1.380	1.114
Poder Público	212	206	4.506	4.475	1.963	1.666
Iluminação Pública	1	1	13.143	13.075	3.250	2.736
Serviço Público	75	45	6.292	5.660	1.987	1.512
Consumo Próprio	2	2	115	116	-	-
<b>Total Energia faturada</b>	<b>47.741</b>	<b>45.896</b>	<b>305.823</b>	<b>296.932</b>	<b>112.270</b>	<b>94.465</b>
Não faturada	-	-	-	-	575	(249)
Receita de Construção	-	-	-	-	5.108	5.562
Outras Receitas	-	-	-	-	4.463	2.935
Neutralidade Parcela "A"	-	-	-	-	36	-
<b>TOTAL</b>	<b>47.741</b>	<b>45.896</b>	<b>305.823</b>	<b>296.932</b>	<b>122.452</b>	<b>102.713</b>

A receita de fornecimento de energia elétrica, são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

A receita não faturada corresponde a energia entregue e não faturada ao consumidor, calculada com base estimada e referente ao período após a medição mensal até o último dia do mês.

##### 4.38. Outras Receitas

	2014	2013
Renda Prestação de Serviços	142	115
Serviço Taxado	674	710
Arrendamento e Aluguéis	860	772
Subvenção Baixa Renda	552	447
Subvenção s/ descontos nas tarifas do Serviço Público	1.158	750
Receitas não operacional	37	74
Serviços Prestados na Manutenção da Iluminação Pública	917	-
Outros	123	67
<b>Total</b>	<b>4.463</b>	<b>2.935</b>

##### 4.39. Receita de Construção e Custo de Construção

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com o CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

##### 4.40. Quota Para Reserva Global de Reversão

	2014	2013
Quotas Recolhidas no Exercício	8	61
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>61</b>

##### 4.41. Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	2014	2013
Programa de Eficiência Energética	375	300
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	150	123
Fundo Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico - FNDCT	150	123
Ministério de Minas e Energia - MME	76	62
<b>Total</b>	<b>751</b>	<b>608</b>

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE, são programas de investimentos em os quais as concessionárias estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9991/2000 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/2008 e 316/2008.

##### 4.42. Energia Elétrica Comprada Para Revenda

	Em MWh		em R\$ (mil)	
	2014	2013	2014	2013
Copel – Compra de Energia	323.052	304.326	55.718	41.024
Encargos do Uso da Rede Elétrica	-	-	4.438	3.749
PROINFA	-	-	1.936	1.903
Valor da Subvenção CDE – Eletrobrás	-	-	(5.618)	(2.996)
Bolha financeira – Resol. 243/06	-	-	903	1.012
Conta Compensação Parc. "A"-CVA	-	-	(1.628)	-
Crédito COFINS / PASEP	-	-	(5.827)	(4.412)
<b>Total</b>	<b>323.052</b>	<b>304.326</b>	<b>49.922</b>	<b>40.280</b>

##### 4.43. Custos Gerenciáveis

A composição dos custos e despesas operacionais em 2014 e 2013 são as seguintes:

2014	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais Administrativas	Total Consolidado
Pessoal/Administradores	5.475	1.838	4.594	11.907
Material	632	78	566	1.276
Serviços de Terceiros	1.054	559	1.977	3.590
Depreciação e amortização	1.946	7	313	2.266
Taxa de Fiscalização	89	14	7	110
Arrendamento e Aluguéis	-	-	110	110
Seguros	48	-	58	106
Tributos	3	-	94	97
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	196	196
Provisões	-	(6)	105	99
(-) Recuperação de despesas	(1)	-	(53)	(54)
Outras despesas	2	2	150	154
Custo dos Serviços prestados a terceiros	176	-	-	176
Indenização de Equipamentos	-	141	-	141
Custo com construção	5.108	-	-	5.108
Despesas Não Operacionais	37	146	37	220
<b>Total</b>	<b>14.569</b>	<b>2.779</b>	<b>8.154</b>	<b>25.502</b>

2013	Custo de Bens e/ou Serviços	Despesas com Vendas	Despesas Gerais Administrativas	Total Consolidado
Pessoal/Administradores	4.860	1.693	4.418	10.971
Material	361	28	564	953
Serviços de Terceiros	841	494	1.930	3.265
Depreciação e amortização	1.800	7	310	2.117
Taxa de Fiscalização	108	16	9	133
Arrendamento e Aluguéis	-	5	101	106
Seguros	52	-	36	88
Tributos	-	-	79	79
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	69	69
Provisões	-	129	(80)	49
(-) Recuperação de despesas	(2)	-	(371)	(373)
Outras despesas	2	-	109	111
Custo dos Serviços prestados a terceiros	62	-	-	62
Indenização de Equipamentos	-	128	-	128
Custo com construção	5.562	-	-	5.562
Despesas Não Operacionais	-	-	448	448
<b>Total</b>	<b>13.646</b>	<b>2.500</b>	<b>7.622</b>	<b>23.768</b>

#### 5. Participação nos Resultados.

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos Empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

A empresa constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2014, no valor de R\$ 567 mil, abaixo do montante máximo a ser pago, conforme consta no Art. 29, incisos V e VI, do Estatuto Social, estando este sujeito a aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

#### 6. Universalização do serviço Público de Energia Elétrica.

Conforme Decreto nº 4.873, de 11 de Novembro de 2.003, foi instituído o Programa de Universalização - Luz para Todos, a ser realizado sem qualquer ônus aos consumidores.

Foram celebrados 4 (quatro) contratos junto a Eletrobrás para a realização das obras do Programa "Luz para Todos". A Coel já encerrou o programa em 2014.

Os valores finais seguem discriminados no quadro abaixo:

Contrapartida	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	4ª etapa	Total
	Contrato nº 063/04	Contrato nº 116/05	Contrato nº 182/07	Contrato nº 212/08	
COCEL	216	528	162	543	1.449
CDE	432	1.056	-	1.303	2.791
RGR	432	1.056	663	1.303	3.454
<b>TOTAL</b>	<b>1.080</b>	<b>2.640</b>	<b>825</b>	<b>3.149</b>	<b>7.694</b>

Sendo:

RGR – Reserva Global de Reversão – Recursos decorrentes de subvenção econômica. Financiada.

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético – Subsidada.

COCEL – Agente Executor – Recursos próprios.

#### 7. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade.

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente às atividades de Distribuição, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o município de Campo Largo, e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.

Emídio Pianaro Júnior Diretor Presidente Marcelo Rubens Krzyewski Diretor Administrativo Marcus Preis Diretor Econômico/Financeiro	Cassiano Henrique Pianaro Diretor Técnico Adriano Huber Junior Diretor Jurídico Luciano Marcos Klos Contador CRC/PR 027.658/O-8
---	--

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2014.

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balanços trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2014, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e consequente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 31 de março de 2015.

PRISCILA DO RÓCIO MIQUELETO OSSOWSKY ADILSON CHAVES	MARCIA REGINA SABIM SIVONEI TEREZINHA POLTRONIERI BASSANI SEBASTIÃO TORRES
--	--

### PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 31 de março de 2015.

ALZIRO MAGATON JOÃO MARIA DA SILVA VICENTE FELTRIN ANTONIO ADRIANO TOALDO LAURINDO BARRICHELLO	ANDREA ALVES DOS SANTOS RODRIGO TABALDI WILSON PAULART JANE MARA SALIN JANETH ALVES DA SILVA MARIA MARGARETH SAVIO
--	---

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**BEZ & ASSOCIADOS**  
Auditores Independentes

Aos Acionistas e Administradores da  
Companhia Campolarguense de Energia - COCEL  
Campo Largo - PR

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes:

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria, que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis:

A Companhia mantém registrado no grupo de contas Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, no Passivo Não Circulante, o valor de R\$ 5.407 mil. Devido à ausência de conciliação dos valores mantidos em referido grupo, bem como de controles analíticos para suportar os saldos contábeis, não foi possível aplicarmos procedimentos de auditoria que nos permitissem concluir quanto a adequação dos saldos apresentados.

#### Opinião com ressalvas sobre as Demonstrações Contábeis:

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outros assuntos

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, cujos valores estão sendo apresentados para fins de comparação, foram por nós examinadas. Nosso relatório, datado de 28 de março de 2014, foi emitido contendo modificação de opinião quanto ao mesmo assunto descrito no parágrafo Base opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis, deste relatório.

Maringá - PR, 27 de março de 2015.

BEZ & Associados Auditores Independentes S/S  
CRC PR 5.010/O-2



Valdemir Bez  
Contador  
CRC PR 037.262/O-2